

Seminário aponta importância de práticas plurais e respeito às diferenças para coibir a violência sexista

Especial reúne cobertura sobre as reflexões, debates e propostas do 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres

(Agência Patrícia Galvão, 29/05/2015) Governos, organismos internacionais, empresas, organizações da sociedade civil e do setor privado, instituições de ensino e pesquisa e indivíduos em todo o mundo precisam reconhecer que a violência contra mulheres e meninas é inaceitável e impede o pleno desenvolvimento societário global. Este é um dos passos fundamentais apontados pelos participantes do 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, realizado nos dias 20 e 21 de maio em São Paulo, para tirar o problema da invisibilidade, enfrentar as estruturas discriminatórias e caminhar em direção a concepções e práticas mais plurais e respeitadas com a diferença.

O Seminário reuniu ativistas e especialistas - governamentais e não-governamentais - e profissionais de comunicação que compartilharam perspectivas diversas para o enfrentamento das múltiplas formas de violência contra as mulheres, que estão baseadas em sistemas de desigualdades que se retroalimentam, sobretudo em relação às questões de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero.

Realizado pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Vladimir Herzog no Sesc Pinheiros, em São Paulo, o evento reuniu mais de mil participantes vindos de diversas partes do Brasil e de países como México, Inglaterra, EUA, Argentina, Jamaica e Costa Rica. A ação foi feita em parceria com a Fundação Ford, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e ONU Mulheres, com apoio do Sesc e patrocínio da Petrobras, Caixa, BNDES e Correios. Diante do sucesso da iniciativa, os organizadores planejam uma

nova edição do Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres para 2017.

Dividido em quatro eixos temáticos ([veja a programação](#)), o Seminário reafirmou a importância da educação, das políticas de prevenção e de ações articuladas entre Estado e sociedade civil para enfrentar o fenômeno mundial das violações aos direitos humanos das mulheres, a partir do reconhecimento de que essa questão não tem uma causa simples e única, mas decorre de um sistema complexo e que exige esforços em múltiplas frentes para ser coibido.

A cobertura completa do evento pode ser acessada neste especial realizado pela *Agência Patrícia Galvão*.

Confira:

[easyrotator]erc_67_1432928613[/easyrotator]

[> Seminário Internacional ressalta importância da mudança social para coibir violência sexista](#)

[> Maior parte das violências contra as mulheres acontece nas relações íntimas, aponta pesquisadora Lori Heise](#)

[> A importância de valorizar os diferentes marcadores para enfrentar a violência contra as mulheres](#)

[> Especialistas apontam necessidade de ações de prevenção junto aos jovens para enfrentar a violência](#)

[> O papel da mídia na superação da cultura de violência contra as mulheres](#)

[> Relatora dos direitos das mulheres na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA alerta para invisibilidade da violência institucional](#)

[> Institucionalização de políticas de gênero e formação: desafios no enfrentamento à violência contra as mulheres](#)

Veja também: [Em destaque na mídia: 1º Seminário Internacional Cultura da](#)

Maior parte das violências contra as mulheres acontece nas relações íntimas, aponta pesquisadora Lori Heise

(Tatiana Merlino / Agência Patrícia Galvão, 28/05/2015) A forma mais comum de violência contra a mulher é aquela cometida por parceiro íntimo, defende a médica e pesquisadora Lori Heise, professora titular da London School of Hygiene & Tropical Medicine, onde dirige o Centro de Gênero, Violência e Saúde.



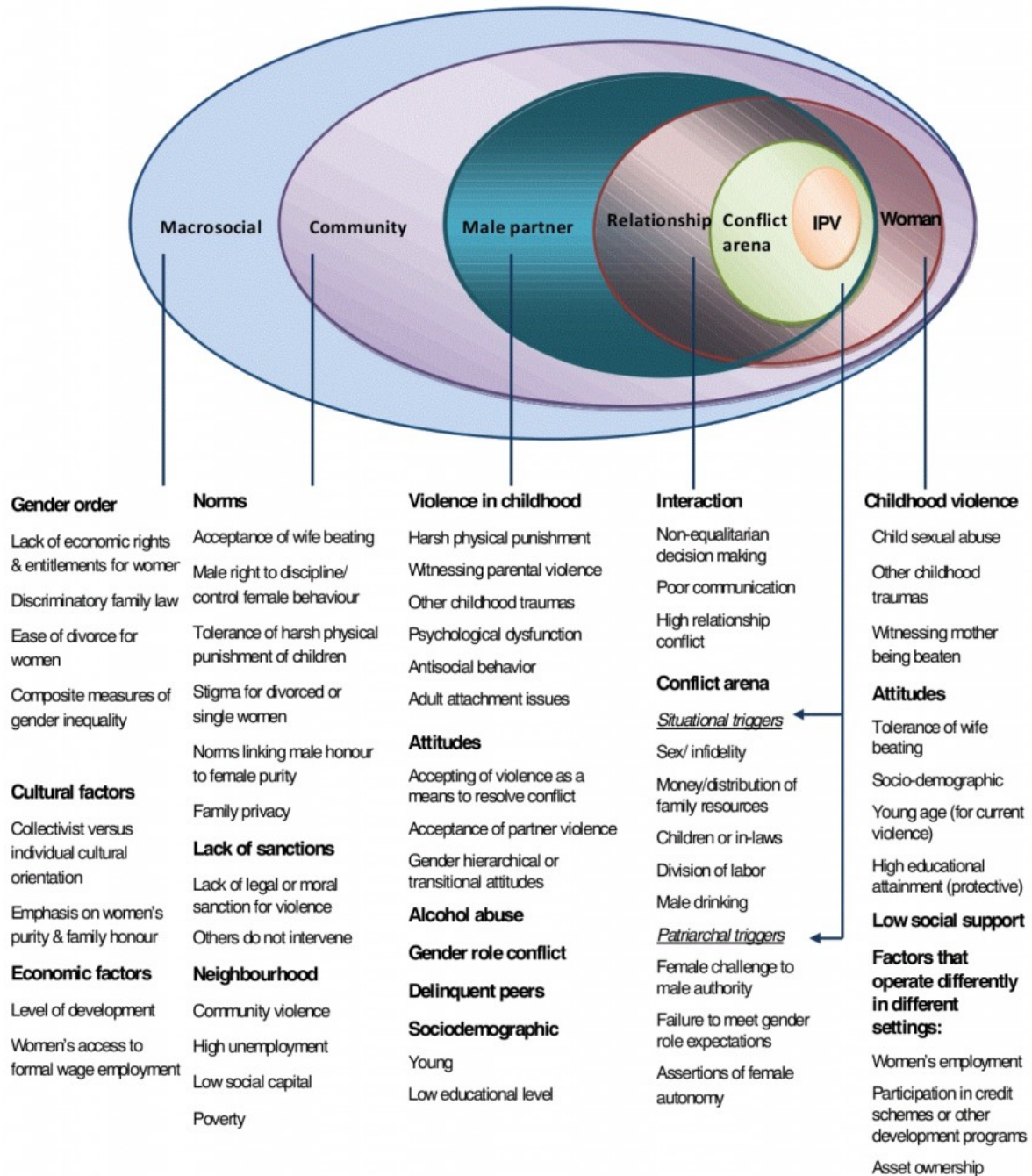
Lori Heise realiza palestra no 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres *(Foto: Luciana Araújo)*

Especialista internacionalmente reconhecida no tema da violência por parceiro íntimo, Lori proferiu a palestra de abertura do 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, ocorrido entre 20 e

21 de maio, em São Paulo. “Mulheres são vítimas de violência sexual, física e abuso emocional com mais frequência por aqueles de quem são próximas em suas relações”, explicou a médica.

Para entender a origem da violência de gênero, que é um fenômeno “multicausal”, Lori defendeu a aplicação do modelo ecológico de geração de violência, a partir de círculos concêntricos que definem a interação de diferentes fatores que aumentam os riscos da violência por parceiro íntimo – tanto para as vítimas quanto para os agressores, que envolvem a qualidade da relação entre eles, o meio social, comunidade, país ou sociedade onde vivem. A especialista ressalta que a questão é complexa e não tem uma causa simples e única, requerendo, assim, ações em múltiplas frentes para seu enfrentamento.

Figure 1.2 Revised Conceptual Framework for Partner Violence



Modelo ecológico apresentando os principais fatores relacionados ao risco de violência por parceiro íntimo (Lori Heise, 2011)

Infância

A pesquisadora explicou que há fatores que aumentam o risco para as mulheres vítimas de abuso, como sofrer violência ou abuso sexual na infância, testemunhar violência contra a mãe e outras formas de trauma na infância. Já para o parceiro, entre os fatores que podem aumentar o risco de vir a cometer agressão são sofrer punição física na infância, testemunhar

violência entre os pais e experiência de abuso e uso problemático de álcool.

Há ainda crenças culturais que perpetuam o abuso e geram níveis de tolerância social às violações dos direitos humanos das mulheres. A professora apresentou dados da pesquisa multipaíses da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre saúde e violência doméstica contra a mulher, coordenado pela pesquisadora. A porcentagem de mulheres entrevistadas que acreditam que um homem bater em sua mulher pode ser justificável caso ela o desobedeça é de 46,2% no Peru, por exemplo. Já no Brasil é de 10,9%.

Num âmbito mais geral, o status feminino e a falta de igualdade de gênero também têm relação com os níveis de violência por parceiro íntimo, destacou Lori. Entre os fatores mais fortes estão falta de direitos econômicos, discriminação de gênero em família, discriminação de mulheres na posse de terras e imóveis, nível de aceitação de divórcio na sociedade, aceitação social de maridos baterem em mulheres, autoridade masculina e controle do comportamento feminino.

Mercado de trabalho

A pesquisadora também apontou que o mesmo fator pode operar de maneira diferente no nível populacional e no nível individual. Por exemplo, no nível individual, pode se dizer que em muitos países, ante a discriminação de gênero, mulheres que estão empregadas têm maior risco de sofrer violência do que as que não estão empregadas. Porém, países com maior proporção de mulheres no mercado de trabalho têm menores taxas de violência do que em países com menos mulheres empregadas.

É possível prevenir a violência

Lori apresentou casos positivos de prevenção de violência. “Estudos demonstram que é possível diminuir a violência”, explicou, citando como exemplo o projeto SASA, em Uganda, onde foi implementado um programa de mobilização da comunidade que levou à redução de 52% dos casos de violência contra as mulheres em três anos. Já no Quênia, o projeto Ujamaa promoveu cursos de autodefesa e de empoderamento das mulheres, o que levou a uma redução de 62% dos casos de estupro, 10 meses e meio após o início da intervenção.

Sobre o Brasil, a médica disse que o país “não é um dos melhores ou dos piores”, já que está melhor situado no ranking dos países de renda média. “O que vemos são os frutos de décadas de organização das mulheres aqui no Brasil. Eu não tenho os dados para saber como era há 30 anos, mas suspeito que os níveis de aceitação da violência caíram”, apontou.

Seminário reúne ativistas da luta pelos direitos da mulher

(Instituto Vladimir Herzog, 28/05/2015) Realizado em São Paulo pelo Instituto Vladimir Herzog e pelo Instituto Patrícia Galvão, 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres problematiza causas e raízes da violência contra a mulher

Com o objetivo de discutir processos sociais e de formação dos indivíduos que fazem com que atos violentos de gênero ainda sejam uma realidade no mundo, o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão realizaram o 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres. O evento ainda teve apoio da Fundação Ford, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da ONU Mulheres; patrocínio do BNDES, da Caixa, dos Correios e da Petrobras; e apoio do Sesc, da CBN e do George V Residence.

Leia também:

[*Institucionalização de políticas de gênero e formação: desafios no enfrentamento à violência contra as mulheres*](#)

[*Relatora dos direitos das mulheres na Comissão Interamericana de Direitos Humanos alerta para invisibilidade da violência institucional*](#)

[*O papel da mídia na superação da cultura de violência contra as mulheres*](#)

[*Especialistas apontam necessidade de ações de prevenção junto aos jovens para enfrentar violência contra as mulheres*](#)

[A importância de valorizar os diferentes marcadores para enfrentar a violência sexista](#)

[Seminário Internacional inicia ressaltando importância da mudança social para coibir violência sexista](#)

Durante dois dias, o teatro Paulo Autran do Sesc Pinheiros, em São Paulo, recebeu professores, pesquisadores, autoridades e ativistas de diversos países envolvidos na luta pelos direitos das mulheres. Foram realizadas mais de mil inscrições, e o evento ainda contou com transmissão em tempo real, via internet.

A ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, Eleonora Menicucci esteve presente e trouxe uma carta da presidenta Dilma Rousseff destacando a importância de eventos como o seminário para que se discutam mecanismos capazes de assegurar o respeito aos direitos humanos das mulheres.

Eleonora afirmou que “a sociedade aceita, mas é preciso que não aceite mais a barbaridade da violência contra as mulheres simplesmente pelo fato de serem mulheres”, e ainda pediu uma salva de palmas para Maria da Penha - nome da mulher e da lei que cria penas duras para homens que praticam violência contra as mulheres.

O 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres contou com quatro palestras que foram seguidas de painéis para debate entre os convidados e para perguntas da plateia. Nesses espaços, foram feitas exposições que atestam a universalidade e a gravidade do problema da violência contra as mulheres, e abordados temas como o impacto dos meios de comunicação, a disseminação da violência entre as jovens, entre outros.

Na Palestra 1, Lori Heise falou sobre o “Panorama Global das Culturas de Violência contra as Mulheres”. Luiza Bairros, Flávio Piovesan e Rita Laura Segato debateram as “Perspectivas propositivas para uma Cultura de Não-Violência contra as Mulheres”, sob a mediação de Ana Flavia D’Oliveira.

Na Palestra 2, Marai Larasi falou sobre a “Juventude e a Cultura da Violência contra as Mulheres”. Juliana de Faria mediu o debate “Elementos para uma

Cultura de Não-Violência contra as Mulheres entre Jovens”, que contou com a participação Maria Luiza Heilborn, Matthew Gutmann e Heloísa Buarque de Almeida.

Já no 2º dia de seminário, na 3ª palestra, Roz Hardie falou sobre “O Impacto dos Meios de Comunicação na Cultura da Violência contra as Mulheres”. Sob a mediação de Jacira de Melo, Guilherme Canela, Beatriz Accioly e Fátima Pacheco Jordão debateram “O Papel da Mídia na Desconstrução da Cultura de Violência contra as Mulheres”.

Por fim, Tracy Robinson ministrou a última palestra: “Por uma Cultura de Respeito aos Direitos Humanos das Mulheres”. Ela Wiecko, Leticia Cufre Marchetto, Aline Yamamoto, Silvia Pimentel e Leila Linhares Barsted debateram os “Desafios para Mudar a Cultura da Violência contra as Mulheres”, sob a mediação de Jacqueline Pitanguy.

Durante o evento foi apresentada uma pesquisa do Énois Inteligência Jovem, realizada em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão. Em 370 cidades brasileiras, foram ouvidas mais de 2300 jovens entre 14 e 24 anos, com renda familiar de até R\$ 6 mil. Entre outros números, o levantamento constatou que 41% das entrevistadas já sofreram agressão física e 84%, agressão verbal. Em relação ao assédio sexual, 10% das meninas já foram assediadas sexualmente por familiares e 55% por desconhecidos. [Os dados da pesquisa podem ser lidos aqui](#)

O 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres mostrou que a cultura da violência contra as mulheres é um problema global e para transformar essa realidade, que atinge diferentes espaços, públicos e privados, é necessário se debruçar sobre as causas e as raízes culturais dessa violência.

Acesse no site de origem: [Seminário reúne ativistas da luta pelos direitos da mulher \(Instituto Vladimir Herzog, 28/05/2015\)](#)

Institucionalização de políticas de gênero e formação: desafios no enfrentamento à violência contra as mulheres

(Géssica Brandino e Tainah Fernandes/ Agência Patrícia Galvão, 26/05/2015) O diagnóstico das barreiras existentes para desconstruir a cultura de violência contra as mulheres marcou o último painel do 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, na quinta-feira (21/5). Ao longo de dois dias, o evento reuniu mais de mil participantes no Sesc Pinheiros, em São Paulo.

Leia também:

[Relatora dos direitos das mulheres na Comissão Interamericana de Direitos Humanos alerta para invisibilidade da violência institucional](#)

[O papel da mídia na superação da cultura de violência contra as mulheres](#)

[Especialistas apontam necessidade de ações de prevenção junto aos jovens para enfrentar violência contra as mulheres](#)

[A importância de valorizar os diferentes marcadores para enfrentar a violência sexista](#)

[Seminário Internacional inicia ressaltando importância da mudança social para coibir violência sexista](#)

“O Sistema de Justiça no Brasil é predominantemente branco e sexista”, afirma procuradora

A vice-procuradora geral da República, Ela Wiecko, chamou atenção para a falta de integração entre as instituições que compõem o Sistema de Justiça e para a urgência de refletir sobre como a reprodução de estereótipos de gênero pelos profissionais da rede de atenção às vítimas de violência afeta concretamente os direitos das mulheres e de outros segmentos. “O racismo, o sexismo e o colonialismo estão dentro da prática do Sistema de Justiça e são argumentos utilizados por advogados, promotores, juízes”, alertou.

[easyrotator]erc_17_1432914841[/easyrotator]

Ela Wiecko defendeu a formação permanente dos operadores de Justiça na perspectiva de gênero como caminho para gerar mudanças. “Não podemos imaginar que a cultura de violência seja transformada pela operacionalidade do Sistema de Justiça, mas acho que temos brechas para atuar. Entendo que o Sistema de Justiça é capaz de, por exemplo, validar posições progressistas ainda frágeis e, quando isso ocorre, pode impulsionar transformações culturais importantes”, destacou.

A vice-procuradora também apresentou quatro diretrizes com ênfase na perspectiva de gênero que foram incluídas na Resolução do 30º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, realizado em abril em Doha, no Catar. A primeira medida é integrar a perspectiva de gênero no Sistema de Justiça Criminal e implementar estratégias nacionais para proteção das mulheres de todos os atos de violência. A segunda se refere às mulheres infratoras, chamando atenção para a necessidade de considerar normas já editadas pela ONU que estabelecem regras para o tratamento das mulheres encarceradas e medidas não custodiais. A terceira é o desenvolvimento e implementação pelos Estados de planos efetivos para o avanço das mulheres nos cargos de direção, gerência e outros níveis no Sistema de Justiça Criminal. E a quarta diretriz fala em assegurar a igualdade a mulheres de grupos minoritários e povos indígenas, sugerindo o recrutamento de pessoas pertencentes a esses grupos para integrar o Sistema de Justiça.

“O Sistema de Justiça no Brasil é predominantemente branco e sexista. Por exemplo, no Ministério Público, do qual faço parte, não conseguimos passar da barreira dos 30% de mulheres. Numa visão macro, temos que possibilitar não só um número maior de mulheres, mas de negros, pessoas com deficiência e outros segmentos minoritários, como ciganos e indígenas”, defendeu.

Para a psicóloga e pesquisadora da Universidade Veracruzana do México, Letícia Cufre Marchetto, é preciso fazer uma análise múltipla sobre o problema da violência contra as mulheres e como esta se relaciona a outras problemáticas sociais. “Não há maneiras de homogeneizar o que é

heterogêneo”, destacou. “Não podemos falar de cultura apenas pelas normas, mas é necessário analisar as formas como a sociedade simboliza sua realidade e como constrói suas subjetividades”, completou.

Políticas públicas

A institucionalização das políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero e atendimento a mulheres em situação de violência é um dos grandes desafios enfrentados nos municípios e estados brasileiros. “Hoje as políticas estão muito sujeitas à discricionariedade dos gestores e chefias dos poderes executivos e isso não se relaciona com a eficiência ou não dos organismos dentro dos municípios”, relatou a secretária adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Aline Yamamoto.

Desde 2003, quando a SPM foi criada, a pasta teve avanços significativos na ampliação do número de serviços, com a criação do Ligue 180, a inclusão de políticas voltadas às mulheres no PPA (Plano Plurianual) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a realização da [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#), o lançamento do Programa Mulher, Viver sem Violência, o início da construção e abertura das Casas da Mulher Brasileira e a entrega de unidades móveis para atendimento a mulheres de regiões de difícil acesso em todos os estados brasileiros.

Diante das diversas demandas existentes no país em termos de acesso à Justiça, a secretária adjunta apontou a necessidade de formação e qualificação dos profissionais da rede para que não reproduzam estereótipos de gênero no atendimento às mulheres. “Fica claro como a cultura da violência está permeada nos serviços públicos por meio da revitimização, que nada mais é do que a tolerância da violência, presente também nos serviços especializados”, declara a representante da SPM-PR.

Desrespeito às leis e normas que defendem os direitos das mulheres

A desumanização das mulheres em situação de violência foi discutida pela advogada, pesquisadora e coordenadora da ONG Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, Leila Linhares Barsted. [Representante do](#)

[Brasil no Mesecvi - o Mecanismo da OEA para Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará](#), Leila enfatizou que as mulheres continuam sofrendo diversas formas de violência, que são atualizadas e naturalizadas no cenário social.

“Não dizemos mais que seres humanos são objetos, mas continuamos vendo as mulheres sofrendo as discriminações que desrespeitam todas as normas contidas na CEDAW e na Convenção de Belém do Pará”, frisou. Leila lembrou que mesmo incorporadas à legislação nacional, tais normas seguem desconhecidas pela maioria dos operadores do Direito, legisladores e gestores de políticas públicas, o que revela o “desrespeito aos direitos humanos das mulheres”.

“A sensação muitas vezes é de que vivemos uma espécie de esquizofrenia nacional. Temos um arcabouço jurídico, uma democracia formal e uma República ainda jovem, mas no entanto vemos também a permanência de padrões violentos e a negação dessa violência, seja quando nos classificamos como democracia racial, como país amoroso entre homens e mulheres ou quando não reconhecemos a tortura praticada durante a ditadura”, declarou.

Direitos sexuais e reprodutivos

Ao falar sobre a violência institucionalizada, a representante brasileira no Comitê de Acompanhamento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw) da ONU, Silvia Pimentel, lembrou que entre as violências contra as mulheres está o desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos, cuja violação causa danos e sofrimento e impede que usufruam dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais. “Por problemas políticos, religiosos e ideológicos, o aborto não tem sido priorizado e não tem sido tratado como uma das múltiplas formas de violência contra as mulheres”, alertou.

Silvia Pimentel destacou que existe no Brasil uma dupla discriminação contra as mulheres de baixa renda, em sua maioria negras, forçadas a buscar serviços clandestinos de interrupção da gestação, enquanto as mulheres com condições econômicas favoráveis realizam abortos seguros. Segundo a Organização Mundial da Saúde são praticados no mundo 40 milhões de

abortos por ano.

Pimentel mencionou ainda o relatório apresentado ao Conselho Econômico e Social da ONU, em janeiro de 1999, sobre políticas e práticas que impactam os direitos reprodutivos das mulheres, pela então relatora especial das Nações Unidas sobre Violência contra as Mulheres, Radhika Coomaraswamy, que destacou que “a imposição de sanção penal contra o aborto constitui uma forma de violência perpetrada pelo Estado de maneira direta, tendo em vista que o aborto inseguro é uma violação à integridade física e segurança pessoal da mulher. Em países em que o aborto é ilegal, as mulheres com gravidezes indesejadas são forçadas a recorrer a procedimentos inseguros que ameaçam suas vidas”.

No Brasil, uma em cada nove mulheres já passou por um procedimento de aborto clandestino, lembrou Silvia Pimentel, enfatizando que a criminalização do procedimento tem uma eficácia distorcida e perversa, porque não impede que a prática ocorra, mas impede que seja feita de forma segura. “O aborto inseguro constitui uma das principais causas de mortalidade materna em todos os países do mundo”, ressaltou Silvia Pimentel.

Leia também:

[Aborto e cesariana entre as causas da mortalidade materna \(Brasil Debate, 24/11/2014\)](#)

[Brasil é o 4º país que menos reduz mortalidade materna no mundo \(Zero Hora, 12/12/2014\)](#)

Segundo dados fornecidos pela Comissão de Informação e Prestação de Contas sobre a saúde materna e infantil das Nações Unidas, ocorrem apenas na região da América Latina 4,2 milhões de abortos por ano, sendo 92% destes feitos em condições de risco. Somente no Brasil, mais de 215 mil mulheres são internadas por ano em hospitais devido a complicações decorrentes do aborto. Diante de tal cenário, a questão tem sido abordada pela ONU e suas agências, pela OEA, acadêmicos e movimentos feministas como uma questão de saúde, cidadania e autonomia das mulheres.

“A luta antirracista é tão importante quanto a batalha contra o patriarcado”, diz Marai Larasi

(A Ponte, 26/05/2015) A ativista feminista Marai Larasi acredita que as lutas contra o machismo e racismo são tão necessárias quanto o combate “à homofobia, discriminação por classe ou deficiência”

A luta pelo fim da violência contra mulheres e jovens negras, refugiadas e de minorias étnicas mobiliza a feminista Marai Larasi há mais de 20 anos. Ativista em mídia, juventude, gênero e violência e diretora executiva da Imkaan, organização não governamental feminista negra, sediada no Reino Unido, ela foi uma das palestrantes do I Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, ocorrido entre 20 e 21 de maio, em São Paulo e organizado pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Vladimir Herzog.



A ativista feminista Marai Larasi (Foto: Reprodução)

Em entrevista à Ponte Jornalismo, Marai explica que “mulheres e meninas negras, jovens e de minorias étnicas experienciam violências de maneiras similares às outras mulheres. Isso inclui assédio sexual, abuso sexual na infância, exploração sexual, tráfico e violência por parceiro íntimo. Há, no entanto, algumas diferenças em formas de violência que vão atingir desproporcionalmente mulheres e garotas negras, jovens e de minorias étnicas, como casamento forçado e mutilação genital feminina”.

Qual é o quadro de violência contra mulheres e meninas no Reino Unido

Marai Larasi- A violência contra mulheres e meninas continua sendo uma questão crítica no Reino Unido. Essa violência é perpetrada de diversas maneiras e inclui: abuso e exploração sexual, estupro, tortura, ataque físico, abuso psicológico, mutilação genital feminina, casamentos forçados, abuso financeiro, assédio, violência perpetrada em nome da ordem, perseguição, entre outros. Enquanto é difícil ter uma visão acurada da prevalência, os dados que temos sugerem que todo ano centenas de mulheres e meninas do

Reino Unido são submetidas à violência nas esferas pública e privada.

Além disso, a evolução das “**novas**” **tecnologias mudou a maneira como muitos de nós historicamente entendemos ou definimos violência. Nesse fenômeno de mídias sociais, mensagens instantâneas, chats de vídeo e mensagens de texto estão sendo mais usados como mecanismos de vitimizar mulheres e garotas.** Isso apresenta novos desafios para todos nós, não apenas nas nossas análises de diferentes ‘sites’ de violência, mas crucialmente em torno de nossa abordagem de prevenção, solução de crises e apoio contínuo.

Há algum tipo específico de violência cometida contra mulheres e garotas jovens, negras e de minorias étnicas?

Marai Larasi- Mulheres e meninas negras, jovens e de minorias étnicas experienciam violências de maneiras similares às outras mulheres. Isso inclui assédio sexual, abuso sexual na infância, exploração sexual, tráfico e violência por parceiro íntimo. Há, no entanto, algumas diferenças em formas de violência que vão atingir desproporcionalmente mulheres e garotas negras, jovens e de minorias étnicas, como casamento forçado e mutilação genital feminina.

Ao entender essas diferenças, primeiramente focamos nas semelhanças. Nós entendemos que a “violência contra a mulher e garotas tem raízes na histórica e estrutural falta de igualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e persiste em todos os países do mundo como uma generalizada violência à difusão dos direitos humanos”, de acordo com a ONU Mulheres.

Assim, embora a violência contra mulheres e meninas varie em suas manifestações, ela é, no entanto, uma expressão do patriarcado e contexto mais amplo de cultural de desigualdade (tomando como base sexo e gênero). Estamos conscientes, então, que diferentes definições de perpetração da violência podem “evoluir” em formas específicas que estão ligadas a outros fenômenos culturais.



Marai Larasi durante palestra no Iº Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres (Foto: Tainah Fernandes/Agência Patrícia Galvão)

Qual é a diferença entre o quadro de violência contra esse grupo de mulheres no Reino Unido e a do resto do mundo?

Marai Larasi- Somos cautelosos em fazer comparações entre a situação no Reino Unido e o resto do mundo, já que cada país, região, está lidando com seu próprio e único conjunto de circunstâncias, que impactam na prevalência de violência e na natureza e disponibilidade de serviços, etc.

Ao invés disso, buscamos fazer conexões entre nossas experiências e a dos outros países. Dessa forma, ampliamos nosso entendimento sobre formas mais amplas de impacto estrutural e cultural na vida das mulheres e nos ajuda a fortalecer nossas respostas para combater a violência. Por exemplo, temos parceria com o projeto *Pacific Island Safety and Prevention Project in Aotearoa, na Nova Zelândia*, e descobrimos que muitas das narrativas de lá se espelham com as nossas. Eles conseguem explicar formas de intersecção entre o patriarcado, racismo e questão econômica, entre outras desigualdades. Além disso, dado que vivemos num contexto de globalização nós também buscamos aprender a partir de experiências específicas de mulheres, que podem ser menos familiares para nossos quadros de referência, por exemplo mulheres que vivenciaram experiências de violência

em contexto de conflito.

Por que você e a Imakaan se definem como feministas negras? No que se diferem do feminismo “branco”?

Marai Larasi- Eu me identifico como uma feminista negra porque acredito que feminismo negro oferece espaço para uma análise interseccional (A teoria da intersecção foi introduzida primeiramente por Kimberlé Williams Crenshaw nos anos 1980) de nossas experiências como mulheres negras, mulheres de cor. Essa perspectiva é crítica se falarmos em termos da realidade que as mulheres negras experienciam em relação ao sexismo que é frequentemente racializado e que nossa experiência de racismo é frequentemente sexualizada. Por exemplo, enquanto todas as mulheres são rotineiramente objetificadas nos espaços de mídia, os corpos de mulheres negras são frequentemente apresentados de maneiras que promovem noções de hipersexualidade e brutalidade dos negros. Enquanto uma análise feminista mais genérica irá preocupar-se com essa questão a ser problematizada em termos de gênero, o feminismo negro oferece uma crítica que questiona a intersecção entre sexismo e racismo.

O feminismo negro, como outros feminismos, não oferece uma narrativa única. O meu próprio feminismo negro está ligado a outras lutas e espaços de aspiração. Isso me proporciona a oportunidade de me conectar às minhas raízes nas minhas jornadas ancestrais de colonização, escravidão e sobrevivência, me permitindo invocar histórias de Sojourner Truth [Abolicionista e feminista norte-americana que foi uma líder defensora da abolição da escravatura e dos direitos das mulheres], Nanny of the Maroons [líder dos quilombolas jamaicanos conhecidos como Maroons do século 18] e Nelson Mandela com a mesma ressonância. Também me permite conectar com a resistência das sufragistas europeias e com os ativistas LGBTQ de Stonewall.

Feminismo “branco” (que não é o termo que eu necessariamente usaria) foi e continua sendo, uma parte essencial da minha jornada, mas nunca senti verdadeiramente como “meu” feminismo. Para mim, feminismo negro abre espaço e cria conexões e reflete tudo que eu sou.

Cada membro da equipe do Imkaan personifica sua própria visão sobre a questão e é trazido para o nosso trabalho. Nosso trabalho foca nas necessidades e aspirações das mulheres e garotas negras e de minorias étnicas. O feminismo negro é o coração disso. Nossas lutas antiracistas são tão importantes quanto nossas batalhas contra o patriarcado. Para nós, é tão importante quanto homofobia, discriminação de classe ou discriminação por deficiência, assim como outras opressões. Como Audre Lorde disse “não há hierarquia de opressões”. Nós nos recusamos a escolher nossa condição de mulher sobre a nossa negritude, visto que eles estão sempre interconectados. Nosso feminismo negro pressiona fronteiras em volta de uma única agenda de igualdade de gênero. Ao aceitar que a violência contra mulheres e garotas está ligada à falta de igualdade de gênero, nós entendemos as diferentes maneiras que a desigualdade de gênero é atuada, mantida e experienciada. Também entendemos que temos que resistir de diferentes maneiras.

Feminismo negro nos proporciona uma formação e guia de como enquadrar nosso trabalho, como desafiamos a opressão e como imaginamos e trabalhamos em direção a um mundo de igualdade para todos nós.

Como funciona o trabalho da Imkaan no Reino Unido?

Marai Larasi- Somos uma organização de direitos humanos de abrangência nacional. Nossos membros são especialistas de linha de frente para mulheres que trabalham prevenindo e atendendo casos de violência contra meninas e mulheres, negras e de minorias étnicas. Enquanto mulheres e garotas negras e de minorias étnicas sobreviventes, feministas e serviços especializados no atendimento à violência tem desempenhado um papel central no Reino Unido, nossas contribuições são frequentemente minimizadas ou ignoradas.

Imkaan trabalha para garantir que as vozes dessas mulheres e garotas sejam ouvidas, que nossas necessidades sejam validadas e nossas aspirações realizadas. O trabalho da Imkaan inclui pesquisa, treinamento, apoio e defesa estratégica. Também temos áreas específicas de trabalho, que são guiadas e focadas em jovens mulheres. Cada aspecto do nosso trabalho fez diferença em alguma área de políticas, programas ou práticas dentro do Reino Unido (e em outros lugares). Por exemplo, o trabalho da Imkaan em Londres em torno de “práticas nocivas” levou ao financiamento e mudanças de programas em

nível regional, e nosso trabalho tem ajudado a garantir a sobrevivência de pequenos e especializadas organizações de mulheres negras e de minorias étnicas, num momento em que os serviços estão sob ameaça de fechar.

Como funciona a experiência de prevenção à violência de gênero no Reino Unido?

Marai Larasi- No Reino Unido, assim como em vários países, o trabalho com violência contra mulher e garotas tem focado principalmente no apoio aos sobreviventes e gerenciamento de crise. Muito do trabalho de prevenção é, portanto, ligado à prevenção da violência futura contra mulheres e garotas.

Em 2011, a End Violence Against Women Coalition (EVAW) publicou o documento de estratégia “Um mundo diferente é possível”. A iniciativa EVAW tem uma abordagem a longo prazo para prevenir violência contra mulheres e garotas e isso ainda está por ser realizado.

Iniciativas focadas na prevenção primária são ad hoc e dependem fortemente do trabalho individual de defensores trabalhando em organizações não governamentais, escolas e em comunidades. O documento [*A Different World is Possible: Promising Practices*](#) também publicado em 2011, observou que o valor de parte desse trabalho e que “há um papel claro de liderança nacional de governos e autoridades locais para ir além da “promessa” de aproximação e construir apoios para conhecimento, capacidade institucional e recursos necessários para criar um mundo mais seguro para mulheres e garotas”.

Enquanto o governo lançou sua própria campanha [*'This Is Abuse'*](#), que foi bem recebida, e que tem engajamento positivo de jovens, ela não está diretamente ligada a um programa nas escolas.

Assim, apesar dos níveis de violência contra mulheres e garotas, prevenção continua abaixo na lista de prioridades de outras áreas de trabalho. Num tempo de desafios econômicos e medidas de austeridade, nós que estamos trabalhando nessa área estamos cientes que o tema descerá ainda mais na agenda de prioridades.

Tatiana Merlino

Acesse no site de origem: ["A luta antirracista é tão importante quanto a batalha contra o patriarcado", diz Marai Larasi \(A Ponte, 26/05/2015\)](#)